

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 23/XII/1.^a

RECOMENDA AO GOVERNO A REALIZAÇÃO DE ESFORÇOS PARA UMA NOVA POLÍTICA MONETÁRIA PARA A ZONA EURO EM RESPOSTA À CRISE DA DÍVIDA SOBERANA

A crise financeira de 2008 resultou numa enorme destruição de riqueza. O sistema financeiro foi salvo por imensas injeções de dinheiros públicos. A crise financeira alastrou à economia real, originando a destruição de milhões de postos de trabalho. A economia abrandou o crescimento económico e, em muitos países, registaram-se períodos recessivos. Todos estes factores criaram instabilidade nas contas públicas e permitiram o aparecimento de uma nova fase especulativa da crise: a crise das dívidas soberanas.

A crise da dívida soberana tem um grande enfoque nos países periféricos da Zona Euro, apesar de não estar circunscrita apenas a estes. A Grécia foi o primeiro país onde se sentiu os efeitos desta fase da crise, sendo seguida pela Irlanda e por Portugal. A característica que une a situação vivida nos três países é a especulação crescente sobre os juros da dívida pública, levando a taxas de juro in comportáveis nos leilões internacionais de dívida pública.

A Europa não tem sido capaz de responder de forma séria à crise que ameaça os países periféricos. A falta de solidariedade europeia resultou na aplicação de programas de austeridade draconianos nos países referidos, depois de terem sido empurrados para uma solução tripartida entre a Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE)

e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Incapazes de conceber que a resposta à crise só será possível se alcançada pelo crescimento económico, os planos gizados para os países em dificuldades pautaram-se por uma enorme austeridade.

O plano internacional para a Grécia foi elaborado no final do primeiro semestre de 2010. Como é visível pelos dados económicos conhecidos, este plano destruiu a economia grega, representou um retrocesso brutal na legislação laboral, levou a uma taxa de desemprego superior a 16% e a uma maior pressão sobre a dívida pública grega. O plano inicial, agora classificado como insuficiente, deu lugar à apresentação de um novo plano de austeridade e privatizações. Este novo plano foi classificado pelo Presidente do Grupo dos Ministros do Euro, Jean-Claude Juncker, como um limite sério à soberania grega. O plano internacional para Portugal, inspirado no primeiro programa internacional para a Grécia, prevê lançar o país numa recessão prolongada com taxas de desemprego in comportáveis.

A insistência na austeridade está a mostrar-se ineficaz e coloca em risco as condições de vida de milhões de pessoas, bem como a própria Zona Euro. A crise da dívida soberana só se conseguirá resolver com mecanismos de política monetária capazes de criar crescimento económico e de responder às necessidades de financiamento dos países.

O euro esconde a realidade da crise vivida no seio da Zona Euro. O euro ocupa uma posição sobrevalorizada face ao dólar desde a sua criação e entrou em 2011 em forte valorização, atingindo o seu valor máximo anual face ao dólar no dia 5 de Maio de 2011, representando 1,4882 dólares. Esta realidade é vantajosa para a economia Alemã e países similares que têm um superavit comercial, mas ruínosa para os países que enfrentam a crise da dívida soberana. A valorização do euro é, neste momento, um entrave ao desenvolvimento dos países periféricos. Só uma desvalorização do euro permitirá aos países periféricos um ganho de competitividade capaz de impulsionar o crescimento económico e solucionar os desequilíbrios das contas públicas. Esta é a ideia também partilhada pelo economista Nouriel Roubini e por Stephen Mihm que, em artigo recente, indicam que “para recuperar crescimento, os países em dificuldades precisam de recuperar competitividade através da depreciação do valor da moeda” e que um euro em valorização “minará a competitividade”.

A crítica económica contra a desvalorização monetária contrapõe ao ganho de competitividade um aumento inflacionário. Contudo, a realidade provou como essa crítica está desajustada: O Reino Unido, desde a crise financeira de 2007, desvalorizou a sua moeda em cerca de 20%, sem que tivesse daí resultado uma espiral inflacionária. A diferença da evolução da inflação no Reino Unido, em comparação com a Zona Euro, é de apenas 1,6%. Assim, desmistifica-se os supostos efeitos inflacionários de uma desvalorização do euro e reforça-se a solução apresentada. A desvalorização do euro possibilitará um crescimento económico capaz de responder à dinâmica necessária para ultrapassar a presente crise.

A resposta à crise da dívida soberana terá de ser complementada com a utilização de mecanismos capazes de responder à especulação crescente sobre as dívidas públicas de diversos países, entre os quais Portugal. As respostas pelos sucessivos programas de austeridade levaram a um cenário de profecia auto-realizáveis por parte dos especuladores, aos quais as agências de notação financeira deram inequívoco apoio. Os cortes de rating e programas de austeridade implementados a um país já em dificuldades levarão, necessariamente, a novas dificuldades e novos cortes rating no futuro.

É necessário cortar com esta prática e criar mecanismos efectivamente capazes de romper com a especulação. A solução é a mutualização da dívida dos Estados Membros através da criação de um mecanismo de emissão dívida pública europeia conjunta. Esta solução permitirá reduzir os custos de financiamento das economias em maiores dificuldades, potenciando sinergias entre as várias economias e uma solidariedade na gestão monetária da Zona Euro. Este novo título de dívida pública europeia foi comumente designado por eurobond.

A União Europeia tem uma dívida residual, criada apenas a partir de Maio de 2010, com as compras de dívida pública de alguns Estados-membros realizada pelo Banco Central Europeu. Esta informação indica que a União Europeia, mesmo depois dos planos bilionários de salvação de bancos e fundos de investimento na crise de 2008 utilizando dinheiros públicos, tem uma posição global confortável na gestão da dívida pública. Como se explica, então, numa situação globalmente confortável, que a Europa tenha sido a principal vítima da especulação sobre as dívidas soberanas? A resposta encontra-se nas desigualdades patentes entre os Estados-membros e pela incapacidade de uma

resposta global e solidária que combatesse essa especulação. A resposta a um ataque sobre a construção europeia foi a de menos Europa, quando deveria ter sido a de mais Europa. Os eurobonds fazem parte dessa solução. Jean-Claude Juncker, presidente do Ecofin e do Eurogrupo ao nível dos Ministros das Finanças, e Giulio Tremonti, Ministro das Finanças italiano, defenderam que a conversão de parte da dívida pública nacional em eurobonds iria estabilizar a presente crise. Os economistas Paul de Grawe e Wim Moesem secundaram esta opinião indicando que a “emissão conjunta de títulos de dívida pública torna possível a resolução do falhanço de coordenação que tem lugar quando as profecias auto-realizáveis dos mercados guiam os países ao desequilíbrio”. E continuam indicando que “é o equivalente à criação de uma barreira de defesa colectiva contra a especulação dos mercados”.

A percepção de que a Europa se encontra numa encruzilhada que necessita de um plano para a salvação da construção europeia levou um conjunto de antigos chefes de Estado e do Governo a emitir uma tomada de posição conjunta com diversos economistas em defesa, entre outros, da criação dos eurobonds. Esta tomada de posição, intitulada “Um plano para salvar o euro e restringir os especuladores” foi subscrita por Giulio Amato, Guy Verhofstadt, Enrique Baron, Stuart Holland, Michel Rocard, Jan Pronk, Jorge Sampaio, Mário Soares e Jacek Saryusz-Wolski. A criação de eurobonds permite uma resposta concertada contra a especulação sobre as dívidas soberanas europeias e enquadra-se nas competências do Banco Central Europeu. Segundo Stuart Holland, o Tratado de Lisboa confirma que o BCE “deverá apoiar as políticas económicas genéricas da União a fim de contribuir para o cumprimento dos seus objectivos”.

As soluções apresentadas permitem uma gestão concertada na resposta à crise da dívida soberana, criando mecanismos de crescimento económico que possibilitarão a criação de emprego e uma maior solidificação das políticas monetárias da Zona Euro. A sua concretização depende de um esforço político de congregação de vontades a nível europeu, capaz de criar uma alteração na gestão monetária da Zona Euro. O nosso país deverá ser o promotor junto do Conselho Europeu para a prossecução de uma nova política monetária na Zona Euro, capaz de promover um crescimento económico e sustentado e de impedir o ataque especulativo sobre as dívidas soberanas europeias.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Assegure junto do Conselho Europeu a urgência de agir junto do Banco Central Europeu para:

1. Proceder à criação de um mecanismo de mutualização da dívida dos Estados Membros através da criação de um mecanismo de emissão dívida pública europeia conjunta.
2. Revisão da política monetária que permita a desvalorização cambial do euro face ao dólar, promovendo a competitividade das economias europeias periféricas e uma maior homogeneidade no crescimento económico da Zona Euro.

Palácio de São Bento, 13 de março de 2024.

Os Deputados e as Deputadas do Bloco de Esquerda,